

Contrapondo as diferentes visões no debate da crise fluminense: uma proposta de síntese para uma interpretação crítica

Bruno Leonardo Barth Sobral

Economista e Professor da FCE / UERJ

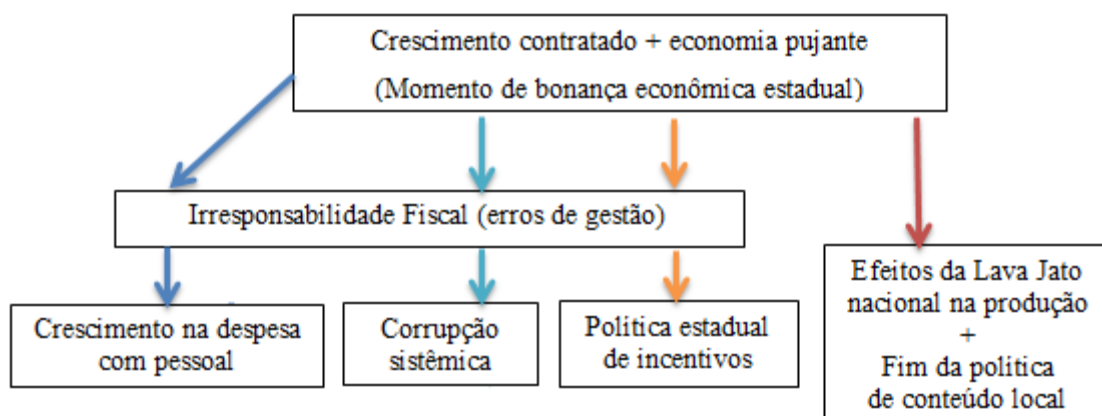
Esse artigo pretende uma tentativa de síntese de aspectos chaves para uma visão alternativa ao conjunto de visões usuais (entendidas como aquelas que disputam o senso comum). Especificamente, não se trata de mero mapeamento do debate e já possui uma orientação política que se objetiva apresentar de forma mais didática em contraponto as demais. Adota-se uma abordagem esquemática baseada em um organograma que visa servir de guia de referência para a análise. A partir disso, irá se pontuar as divergências fundamentais na análise, algumas controvérsias sobre o tratamento de aspectos compartilhados e, por fim, uma agenda propositiva de linhas de pesquisas e de lutas políticas. Pondera-se que maiores detalhamentos e embasamento crítico já foram feitos em outros trabalhos do mesmo autor, sendo o objetivo aqui sua sistematização.

Divergências fundamentais na análise

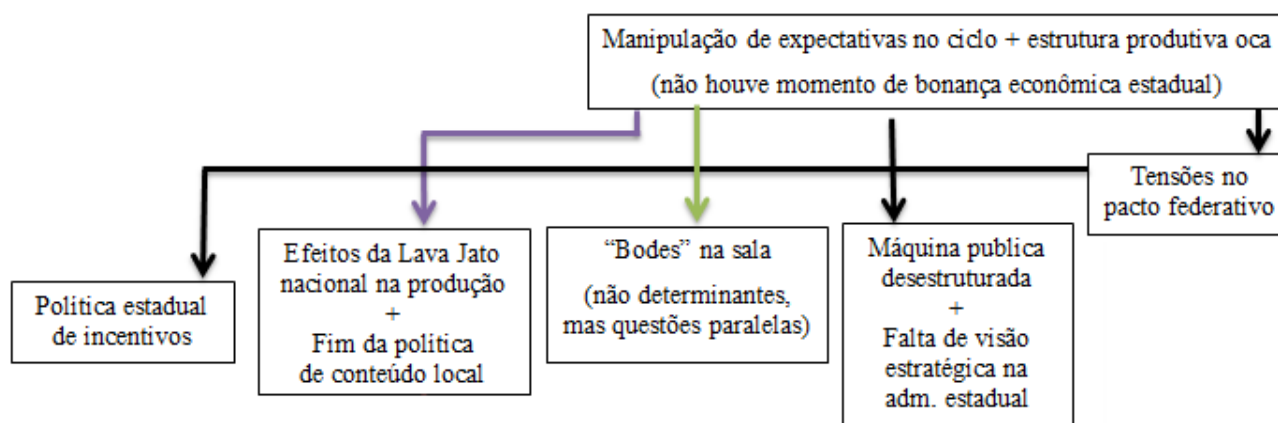
Existem diferenças chaves de ponto de partida e de contextualização. Sobre o ponto de partida, a interpretação crítica proposta reconhece a necessidade de uma tese explicativa que articule as diversas temporalidades, em particular, ressaltar desafios estratégicos e de longo prazo a respeito da economia fluminense e não se resumir apenas a fatores mais aparentes e conjunturais marcados por ajustes contábeis e na governança. Logo, visa distinguir as causas primárias associadas a um fenômeno essencial daquelas associadas à epifenômenos cuja solução não supera a gravidade do quadro econômico.

A divergência fundamental é assumir como fenômeno essencial que a economia fluminense possui uma crise estrutural, no sentido de impasse em seu estilo de desenvolvimento. Portanto, não se teve “anos de ouro” no período anterior à crise para isso ser considerado como pressuposto e o foco da análise ser o questionamento de como isso teria sido desperdiçado. Os quadros 1 e 2 destacam os determinantes segundo o conjunto de visões usuais e a interpretação crítica proposta. Notam-se alguns aspectos compartilhados (a saber: política de incentivos e o conjunto formado por efeitos da Lava Jato nacional na produção somado ao fim da política de conteúdo local), mas que são geradores de controvérsias, o que será tratado na seção seguinte.

Quadro 1 – Determinantes do conjunto de visões usuais sobre as razões da crise no Estado do Rio de Janeiro



Quadro 2 – Determinantes da interpretação crítica sobre as razões da crise no Estado do Rio de Janeiro



Sobre a contextualização, a interpretação crítica proposta reconhece a necessidade de uma tese explicativa que busque a totalidade histórica. Logo, a divergência fundamental é assumir um exercício de mediação entre escalas de análise e não um determinismo arbitrário de uma escala estadual ou escala nacional. Nesse aspecto, cabem duas observações. Primeira, no conjunto de visões usuais, cada determinante quase sempre não dialoga com os outros. Única exceção mais evidente é a aproximação da presunção da “farra” da política de incentivos com aquela da anticorrupção sistêmica, a ponto da primeira quase ser subsumida nas discussões da segunda. De toda forma, seus determinantes somados não representam uma unidade interpretativa, mas apenas um punhado de recortes parciais segundo grupos de interesse que as reproduzem na opinião pública de forma isolada. Diferentemente, na visão alternativa, cada determinante é um elemento de uma unidade interpretativa.

Segunda observação, o conjunto de visões usuais tende a ser monoescalar. Inclusive aquela da anticorrupção sistêmica que, embora bastante adepta de generalizações simplificadoras, seu foco

de denúncias mais organizado se limita a separar como casos particulares em escala estadual. Assim, a maioria de seus determinantes não articula com o debate econômico na escala nacional, como se a crise fluminense não tivesse uma relação essencial com a crise econômica nacional. Existe uma exceção, parte daquele que advoga centralidade para os efeitos da Lava Jato nacional na produção somado ao fim da política de conteúdo local. Contudo, inversamente, esse determinante não articula com as especificidades econômicas estaduais, de modo a resumir o problema como um choque externo (à economia fluminense) adverso. Já a visão alternativa assume que não há solução para o Estado do Rio de Janeiro que não venha junto de uma solução nacional e vice-versa, mas cabendo o exame das especificidades para englobar dialeticamente as duas dimensões.

Controvérsias sobre o tratamento de aspectos comuns

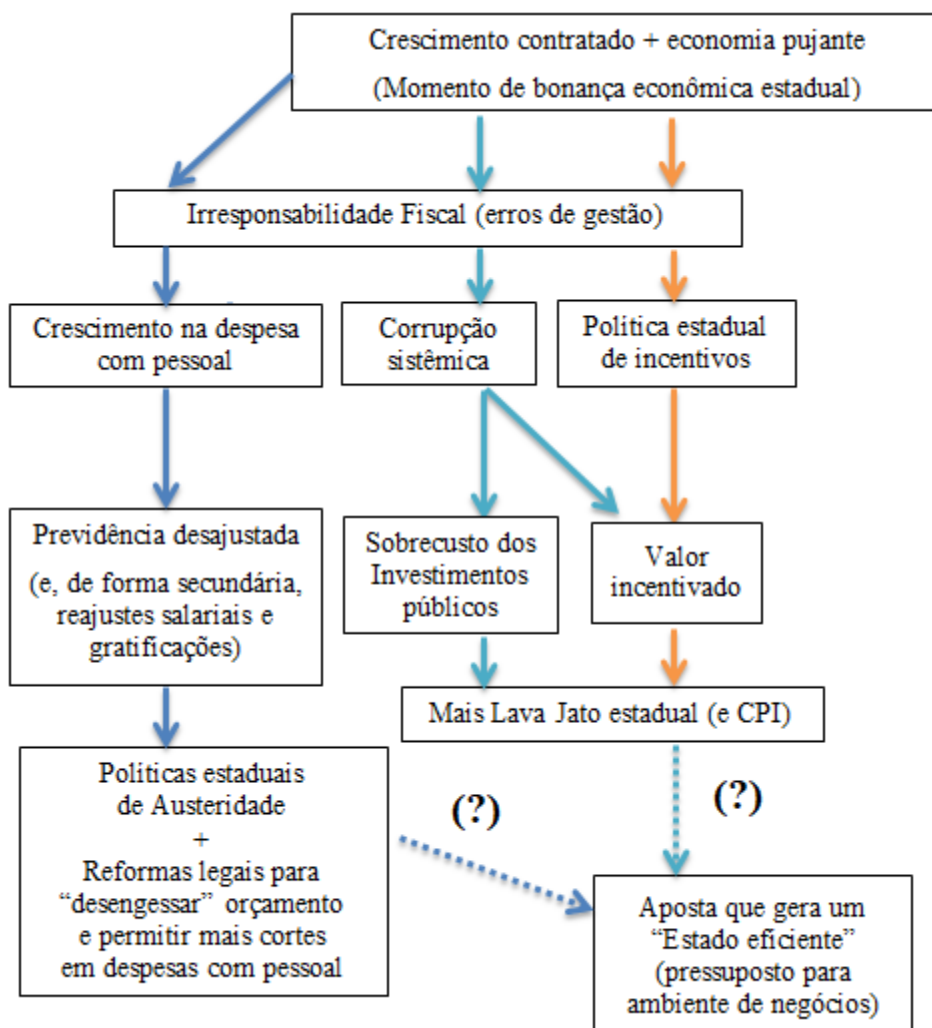
Inicialmente, devem ser destacados os desdobramentos a partir dos determinantes no conjunto de visões usuais. A maior parte das análises considera que a causa principal da crise é o mau aproveitamento de um cenário econômico favorável por irresponsabilidade fiscal na gestão estadual. Apesar de possuírem desdobramentos próprios (a saber: políticas de austeridade e reformas legais, ou aprofundamento da Lava Jato na escala estadual e CPIs), elas convergem na busca de um “Estado eficiente”. Diante da proposta de uma interpretação crítica, esse objetivo é deixado sobre interrogação por ser uma aposta que pode se fundamentar apenas em idealização da neutralidade técnica.

De toda forma, isso encontra eco e apoio no mundo empresarial como a suposta base de um ambiente de negócios, então tomado como pressuposto para resultados econômicos positivos do ponto de vista das expectativas de mercado. Cabe ponderar que a vertente sobre a “farra” na política de incentivos não assume muito explicitamente sua associação com esse objetivo. Contudo, admite-se que ela acaba dando espaço a essa opção ao se agarra basicamente a um viés distributivista que pouco problematiza a organização da base produtiva.

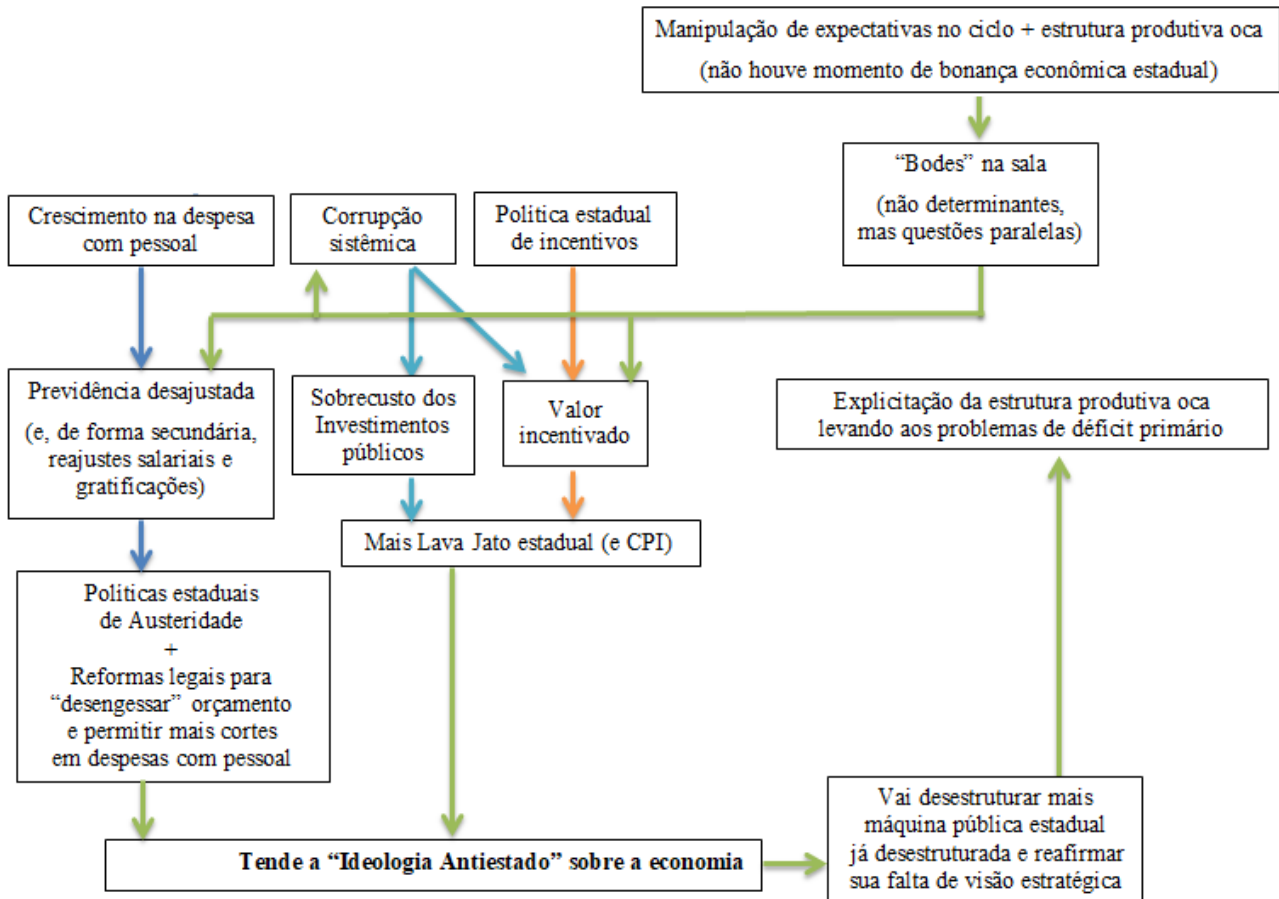
O quadro 3 apresenta os desdobramentos das vertentes sobre a irresponsabilidade fiscal, cujas opções serão objetos de crítica e tratadas como epifenômenos pela visão alternativa. Cabe lembrar que o fenômeno que se reconhece como essencial na visão alternativa é que a economia fluminense possui uma crise estrutural, no sentido de impasse em seu estilo de desenvolvimento. Como mostra o quadro 4, esse fenômeno essencial sendo ignorado por cada uma daquelas opções exige que se contraponha a elas, destacando como podem se traduzir no que em linguagem metafórica se chamada de “bodes” na sala. Dito de outra forma, trata-se de questões que podem ter sua relevância para o aperfeiçoamento legal e institucional, mas que são paralelas à discussão da crise de natureza essencialmente político-estratégica e, logo, desconsiderando isso não se associam

a seus determinantes principais. A ênfase nessas questões desvia o debate de tratar elementos mais decisivos para uma agenda propositiva de recuperação econômica, fazendo crer que se supera uma crise dessa gravidade apenas tangenciando sua dimensão econômica. A fim de acentuar essa crítica, no quadro 4, retira-se a via para a solução idealizada e antes já posta sobre interrogação no quadro 3. No seu lugar, apresenta-se outro desdobramento a fim de evidenciar o risco real existente: o fortalecimento da ideologia “antiestado” sobre a economia e seus efeitos deletérios sobre a organização da base produtiva.

Quadro 3 – As três vertentes sobre irresponsabilidade fiscal

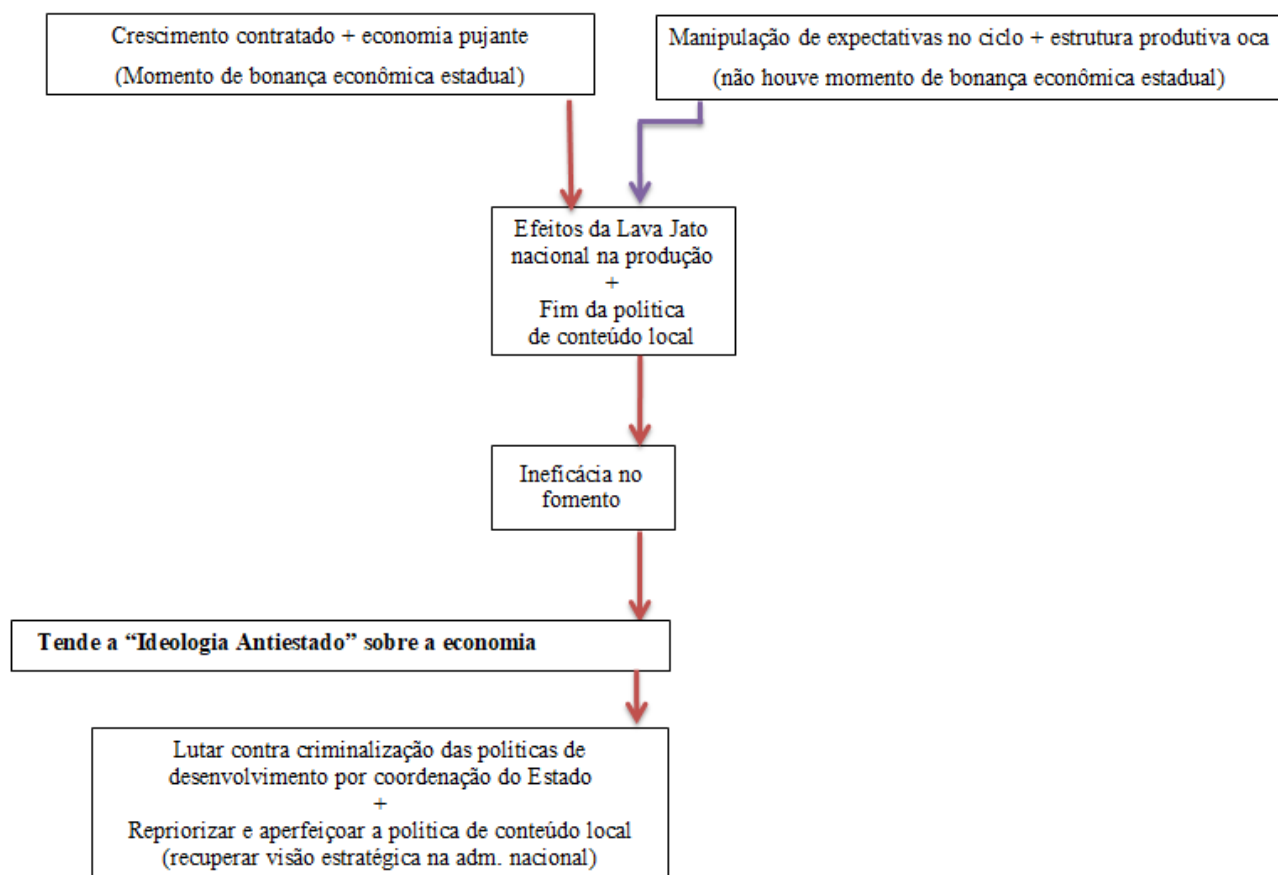


Quadro 4 – Crítica às três vertentes sobre irresponsabilidade fiscal



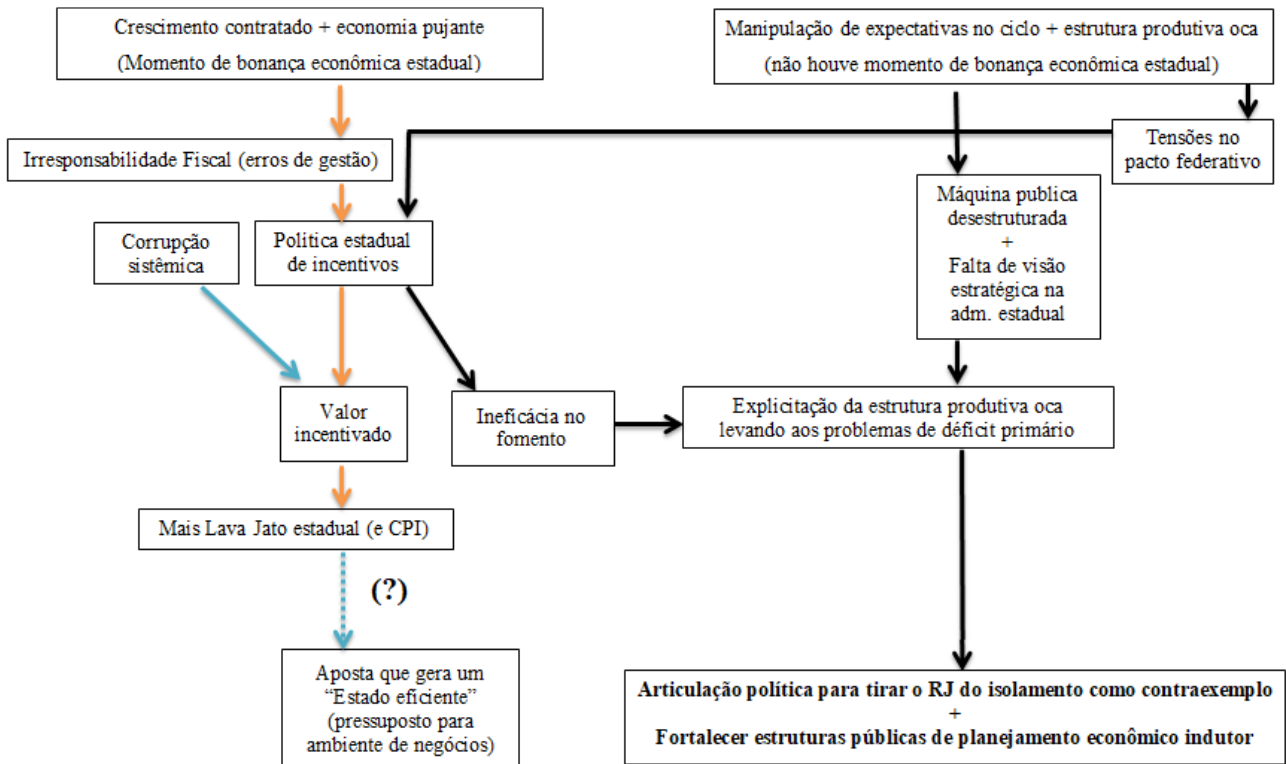
Curiosamente, dentro do conjunto de visões usuais, o mesmo ponto de partida pode levar a uma vertente que não se prende aos “bodes” na sala identificados. Esta foca nos impactos econômicos negativos da Lava Jato somado ao fim das políticas de conteúdo nacional. Como mostra o quadro 5, nesse grupo de interesses surge uma controvérsia a destacar. Apesar de a interpretação crítica proposta não ter maiores divergências nos desdobramentos sob essa vertente, é importante destacar que tais questões não são a causa fundamental e nem resumem a explicação da crise fluminense como se fosse meramente provocada por determinantes externos. Logo, ao alterar o ponto de partida, alinha-se o discurso ao considerar que tais determinações explicitam um quadro de vulnerabilidades econômicas estaduais.

Quadro 5 – Controvérsia 1: formas diferentes de articular impactos da Lava Jato nacional e desdobramentos da inflexão política nacional na análise



Cabe ainda destacar outra controvérsia, mas a respeito da política estadual de incentivos fiscais. Como mostra quadro 6, essa temática pode tanto estar inserida no conjunto de visões usuais como no viés crítico proposto, contrapondo-se os focos e respectivos desdobramentos. Portanto, nessa segunda controvérsia, fica claro que as orientações possuem diferenças de sentido, logo ainda não havendo sinalização de qualquer realinhamento convergente. Isso exigirá reconhecer que o valor incentivado está equivocadamente superestimado e essa questão não possui a centralidade que certos grupos de interesse acreditam, logo, carecendo de ser encaminhada de outra maneira. Especificamente, caberia afastar o risco de redundar em uma “ideologia antiestado” sobre a economia e se voltar mais a discussão de eficácia, ou seja, avaliar como a política de fomento poderia responder aos desafios de recuperação econômica.

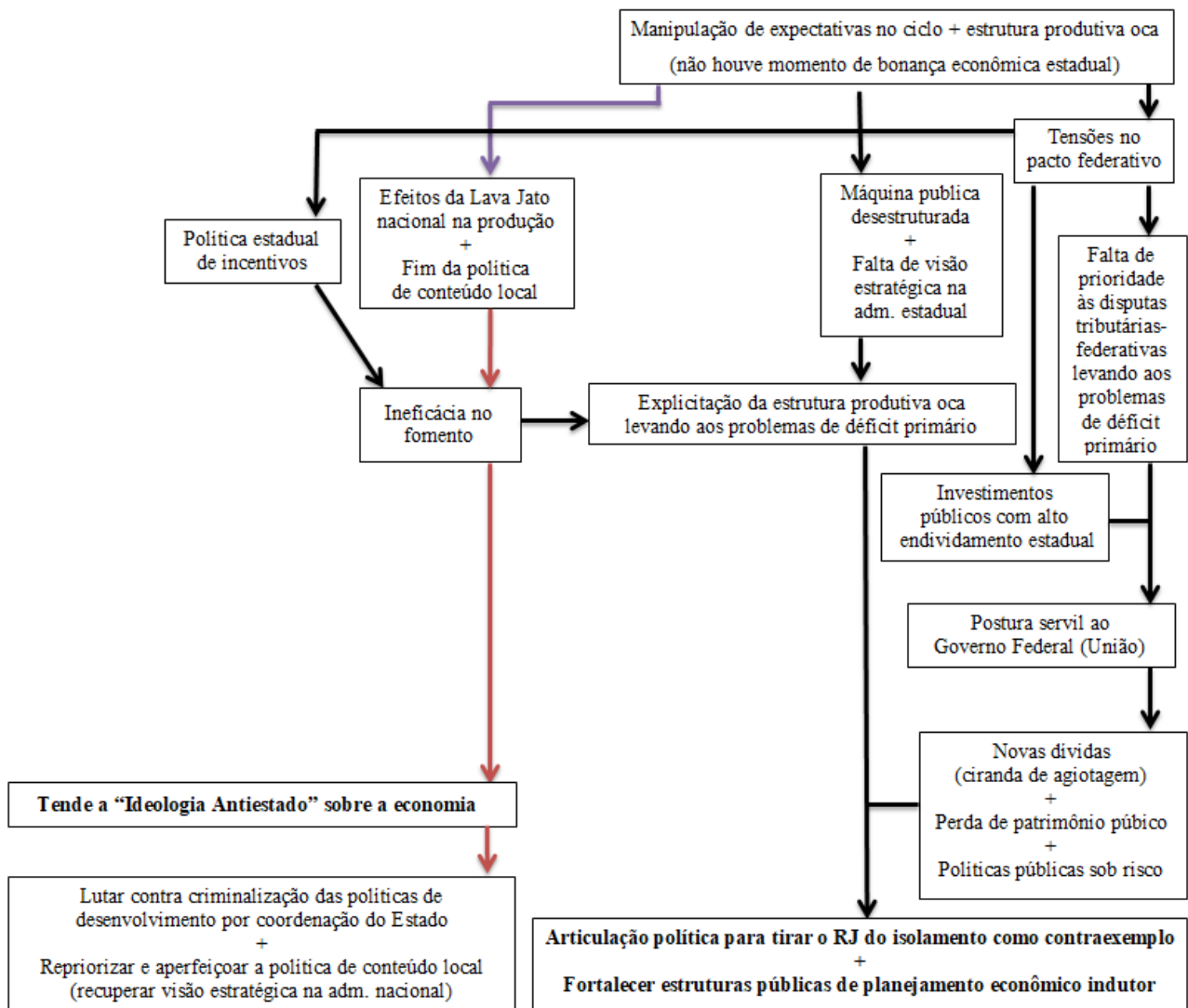
Quadro 6 – Controvérsia 2: formas diferentes de articular a política de incentivos na análise



Conclusão: uma agenda propositiva de linhas de pesquisas e de lutas políticas

Após esclarecer divergências fundamentais na análise e algumas controvérsias sobre o tratamento de aspectos compartilhados, pode-se agora partir para uma agenda propositiva. A seguir, as diretrizes para a investigação de uma saída da crise são apresentadas e os encaminhamentos de uma agenda nacional e estadual de lutas políticas são integrados. Lembrando-se que esses aspectos se somam com as críticas às vertentes sobre irresponsabilidade fiscal (os “bodes” na sala identificados e abordados antes no quadro 4).

Quadro 7 – Proposta de agenda nacional e estadual de enfrentamento da crise no Estado do Rio de Janeiro



Do ponto de vista de uma agenda nacional, o cerne do problema envolve lutar contra a criminalização das políticas de desenvolvimento por coordenação do Estado, e repriorizar e aperfeiçoar a política de conteúdo local a fim de recuperar a visão estratégica na administração pública nacional. Do ponto de vista de uma agenda estadual, o cerne do problema envolve uma forte articulação política para tirar o Estado do Rio de Janeiro do isolamento político-estratégico como contraexemplo para a defesa de políticas de austeridade e reformas legais associadas na escala nacional, bem como fortalecer estruturas públicas de planejamento econômico indutor. Quanto esse último ponto, o mais urgente é combater recomendações de ajustes que possam desestruturar mais uma máquina pública estadual já desestruturada.

Por fim, o quadro 8 exhibe em um único esquema-síntese todas as questões que foram antes separadas para facilitar o entendimento didático. Isso porque devem ser compreendidas e enfrentadas conjuntamente.

Quadro 8 – Esquema-síntese das diferenças de interpretações sobre a crise no Estado do Rio de Janeiro

